

Biodiversidade, territorialidade e autonomia**Biodiversity, territoriality and autonomy**

DOI:10.34117/bjdv6n6-135

Recebimento dos originais: 01/05/2020

Aceitação para publicação: 05/06/2020

Vanessa Magnus Hendler

Mestranda em Desenvolvimento Rural pelo Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (PGDR/UFRGS)

Instituição: Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS)

Endereço: Av. João Pessoa nº 31, Centro – Porto Alegre/RS, Brasil

Email: vanessa.m.hendler@gmail.com

Luciana Dias de Oliveira

Doutora em Saúde da Criança e do Adolescente pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS)

Professora do Departamento de Nutrição da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS)

Instituição: Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS)

Endereço: Rua Ramiro Barcelos nº 2400, Santa Cecília – Porto Alegre/RS, Brasil

Email: dialu73@hotmail.com

Vanuska Lima da Silva

Doutora em Ciência dos Alimentos pela Universidade de São Paulo (USP)

Professora do Departamento de Nutrição da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS),

Instituição: Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS)

Endereço: Rua Ramiro Barcelos nº 2400, Santa Cecília – Porto Alegre/RS, Brasil

Email: vanuska.lima@ufrgs.br

Queite Marrone Soares da Silva

Doutoranda em Desenvolvimento Rural pelo Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (PGDR/UFRGS)

Instituição: Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS)

Endereço: Av. João Pessoa nº 31, Centro – Porto Alegre/RS, Brasil

Email: queitemarroneppgdsunimontes@gmail.com

RESUMO

Este trabalho tem por objetivo compreender os impactos do vigente sistema alimentar sobre a biodiversidade, os hábitos alimentares e a vida das comunidades tradicionais e de agricultores familiares rurais no município de Mostardas, situado no estado do Rio Grande do Sul. Para viabilizar a discussão utilizou-se falas apreendidas em um momento de interação e socialização com a comunidade local, buscando por meio da literatura acadêmica compreender os elementos manifestados nos discursos. A partir das análises e das discussões tecidas, observa-se transformações no contexto rural, sobretudo no que tange a alimentação, fruto, em grande medida, da lógica industrial que rege, atualmente, o modelo de produção global de alimentos; apontando assim para a emergência de sistemas alimentares promotores de saúde, sustentabilidade e equidade social.

Palavras-chaves: biodiversidade, comunidade tradicional, sistema alimentar

ABSTRACT

This work aims to understand the impacts of the current food system on biodiversity, eating habits and the lives of traditional communities and rural family farmers in the municipality of Mostardas, located in the state of Rio Grande do Sul. It analyzes speeches apprehended in a moment of interaction and socialization with the local community, seeking through the academic literature to understand the elements manifested in the speeches. Based on the analyzes and discussions that have been made, there are transformations in the rural context, especially with regard to food, the fruit, to a large extent, of the industrial logic that currently governs the global food production model; thus pointing to the emergence of food systems that promote health, sustainability and social equity.

Keywords: biodiversity, traditional community, food system

1 INTRODUÇÃO

O atual sistema alimentar, caracterizado pela padronização, globalização e verticalização das cadeias longas de abastecimento, transformou o alimento em mercadoria, concentrando o modelo de produção, distribuição e consumo em algumas transnacionais, gerando repercussões de impacto ambiental, social, cultural e econômico. Nesse sentido, o vigente modelo de produção de alimentos além de desconectar produtores e consumidores, fornecer alimentos de péssima qualidade, colaborar para a redução da biodiversidade e para a conseqüente monotonia alimentar, contribuiu para potencializar, as já existentes, desigualdades sociais e intensificar consideravelmente os danos causados ao meio ambiente – estima-se que a agricultura e a pecuária industrial sejam os maiores responsáveis pelo desequilíbrio ambiental. Para ilustrar, tamanha simplificação dos repertórios alimentares que se manifesta em efeitos diretos sobre a Segurança Alimentar e Nutricional (SAN) da população, ao longo de mais de 12 mil anos de agricultura foram cultivadas milhares de espécies vegetais e animais para a alimentação humana, entretanto, hoje, boa parte do consumo alimentar provém de apenas quatro cultivos – milho, trigo, arroz e a soja - os quais são utilizados, sobretudo, para a produção de produtos ultraprocessados (AZEVEDO, 2004; AZEVEDO; PELICIONI, 2011; ESTEVE, 2017; MALUF, et al., 2015; TRICHES; GERHARDT; SCHNEIDER, 2014; TRICHES; SCHNEIDER, 2015; JOHNS; EYZAGUIRRE, 2006; SANTILI, 2009).

Partindo do entendimento de que a forma pelo qual os alimentos são produzidos, distribuídos e comercializados se relacionam diretamente com a saúde pública (MALUF, et al., 2015; JOHNS; EYZAGUIRRE, 2006; ANA, 2019), reflete-se acerca do atual contexto alimentar mundial que manifesta um cenário preocupante e controverso de má nutrição, no qual o excesso de peso e as doenças crônicas não transmissíveis (DCNT) caminham lado a lado com a subnutrição e a insegurança alimentar. Pesquisas apontam que o excesso de peso corporal acomete mais de 2 bilhões de pessoas no mundo, e em conjunto com outras comorbidades, é responsável por 4 milhões de mortes anualmente. Não obstante, esse mesmo número de indivíduos sofre de deficiências de micronutrientes, sendo que 815 milhões são cronicamente desnutridos (IDEC, 2019). Tal achado

também é observado no público infanto-juvenil, segundo o Relatório: “O estado das crianças no mundo 2019: Crianças, alimentação e nutrição” elaborado pelo Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF), na América Latina e no Caribe 5,5 milhões de crianças menores de 5 anos têm desnutrição (crônica e aguda) e 4 milhões têm excesso de peso, incluindo obesidade. Entre os adolescentes a proporção de excesso de peso basicamente dobrou de 2000 a 2016, passando de um a cada dez para um a cada cinco adolescentes com sobrepeso/obesidade (UNICEF, 2019).

Segundo o recente relatório da Comissão The Lancet: “A Sindemia Global da Obesidade, Desnutrição e Mudanças Climáticas” (2019), as pandemias - obesidade, desnutrição e mudanças climáticas – são as principais causas de problemas de saúde pública no mundo, representando um desafio e uma ameaça para as pessoas, o ambiente e o planeta. Em conjunto, esses três fenômenos representam uma Sindemia Global que afeta boa parte da população mundial, principalmente os países de baixa renda (IDEC, 2019). Diante desse cenário, torna-se premente o desenho de políticas que repensem as formas de uso e distribuição da terra, assim como os modelos de produção, distribuição, acesso e consumo de alimentos, de modo que dialoguem com a agroecologia e a equidade social.

Em contraponto as questões colocadas que reverberam a emergência por sistemas alimentares promotores de saúde e sustentabilidade, chama-se a atenção para o contexto brasileiro, visto que o país abriga a maior biodiversidade do planeta, apresentando infinitas possibilidades alimentares no que tange a utilização de espécies nativas existentes nos seus diferentes biomas. Esse patrimônio genético está associado a uma grande diversidade sociocultural representada por inúmeros Povos e Comunidades Tradicionais (PCT), tais como quilombolas, indígenas, extrativistas, pescadores, quebradeiras de coco babaçu, agricultores familiares, seringueiros, ribeirinhos, caiçaras entre outros (CORADIN; SIMINSKI; REIS, 2011; BRASIL, 2009, 2007). Cabe ressaltar, que esses grupos étnicos detêm um vastíssimo conhecimento sobre os sistemas tradicionais de manejo e uso da agrobiodiversidade, os quais foram apreendidos a partir da sua interação histórica com a natureza e das trocas com os demais atores do território. A recíproca relação entre comunidades tradicionais, saberes e biodiversidade além de promoverem a recuperação e a preservação dos ecossistemas constituem um importante componente de geração de renda, autonomia, reafirmação de identidades e SAN para os grupos locais, visto que as espécies nativas compõem a sua base alimentar e são fontes de matéria-prima para inúmeras atividades de valor econômico e cultural (BRASIL, 2006; BARROS, 2009; SANTILI, 2009; RAMOS et al., 2017).

Deste modo, o presente artigo tem como propósito compreender os impactos do atual sistema alimentar sobre a biodiversidade, os hábitos alimentares e a vida das comunidades tradicionais e de agricultores familiares rurais no município de Mostardas.

2 METODOLOGIA

Trata-se de um estudo de caráter qualitativo, realizado no município de Mostardas, istmo entre a Lagoa dos Patos e o Oceano Atlântico no litoral médio do estado do Rio Grande do Sul (RS). O Município é um dos mais antigos do RS, criado em 1773 como uma Freguesia, por decreto imperial. Sua cultura é baseada na colonização açoriana, mas também fortemente marcada pela cultura negra. O município de Mostardas teve o primeiro Quilombo reconhecido do Brasil e atualmente conta com a representatividade de três comunidades reconhecidas pela Fundação Cultural Palmares. Segundo Minayo (2001), a abordagem qualitativa aprofunda-se no mundo dos significados, das ações e das relações humanas, o que corresponde a um espaço mais profundo dos vínculos, dos processos e dos fenômenos, um lado não perceptível e captável em equações, médias e estatísticas. O presente trabalho faz parte do projeto “Alimentação Adequada e Saudável no Contexto da Alimentação Escolar: Difusão do Consumo de Produtos da Sociobiodiversidade Regional”, que visa difundir práticas alimentares saudáveis em escolas, por meio da inclusão de alimentos da sociobiodiversidade.

A ação ocorreu no mês de junho de 2018 e consistiu em uma roda de conversa com chimarrão, na qual estiveram presentes trabalhadoras (es) rurais, lideranças comunitárias, manipuladoras de alimentos, representantes de comunidades quilombolas e gestores do município, em parceria com a Cooperativa dos Povos Tradicionais de Mostardas (COOPTRAM), o Sindicato dos Trabalhadores Rurais (STR) e o Centro Colaborador em Alimentação e Nutrição do Escolar (CECANE) da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), totalizando doze pessoas. O encontro foi realizado em um salão comunitário de Mostardas, sendo conduzido pela equipe de pesquisa do estudo maior do qual este trabalho faz parte.

A ação tinha como propósito compreender, a partir da percepção da comunidade, os impactos do atual sistema alimentar sobre a biodiversidade, os hábitos alimentares e a vida dos territórios locais e, sendo assim, a atividade foi conduzida por um facilitador que instigava a participação da comunidade na discussão. Neste momento, também foi reproduzido no pilão (referido como símbolo da cultura quilombola) a receita da Farinha de Cachorro, a base de milho catete, amendoim torrado, amaranto, e açúcar mascavo, sendo essa uma preparação muito consumida pelos envolvidos na dinâmica, envolvendo o consumo de alimentos tradicionais e práticas culturais arraigadas.

Os depoimentos dos participantes foram gravados por meio de dispositivo eletrônico (gravador). Após a transcrição na íntegra das falas, as quais serão apresentadas nos resultados sem correção ortográfica, realizou-se a análise dos dados por meio da análise de conteúdo. A escolha deste método fundamenta-se pela necessidade de se compreender os significados e desvelar as relações que se estabelecem além das falas propriamente ditas (CAVALCANTE; CALIXTO; PINHEIRO, 2014).

Sendo assim, definiu-se a categoria "Biodiversidade, territorialidade e autonomia", conforme a metodologia descrita por Minayo (2007).

Esta pesquisa foi previamente aprovada pelo Comitê de Ética em Pesquisa da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, sob protocolo de n°. 82570018.2.1001.5347. A participação dos integrantes na oficina ocorreu após explicação sobre a atividade, convite para a participação e assinatura do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE).

3 RESULTADOS E DISCUSSÃO

3.1 BIODIVERSIDADE, TERRITORIALIDADE E AUTONOMIA

Este eixo de discussão abordará as repercussões do atual sistema alimentar sobre a biodiversidade, a territorialidade e autonomia das comunidades rurais mostardenses. O já discutido modelo de produção de alimentos além dos efeitos ambientais (degradação da natureza, contaminação dos solos e das águas, redução da agrobiodiversidade) e sociais (concentração de terras, de capital e a exploração, exclusão dos pequenos agricultores) anteriormente mencionados, colocou o camponês em situação de vulnerabilidade e dependência das grandes empresas do agronegócio, das tecnologias industriais (máquinas) e dos insumos agrícolas (sementes, agrotóxicos) (CASTILHO, et al., 2018; WANDERLEY, 2000; TRICHES; SCHNEIDER, 2015; RAMOS, et al., 2017); sendo tal situação reconhecida pelos atores locais:

S 3 "O sistema foi feito para afastar cada vez mais as pessoas da sua autonomia, gerar dependência. Modifica uma semente geneticamente modificada, aí no outro ano tu terá que comprar a semente de novo, tu não pode usar a mesma. [...]."

O participante traz como exemplo desta perda de autonomia, a dependência por recursos energéticos para se produzir o próprio alimento, momento no qual remete-se ao pilão (FIGURA 1), um símbolo de soberania por ser um instrumento/utensílio histórico utilizado na confecção dos alimentos que independe de energia elétrica ou qualquer outro recurso:

S 3 "A farinha de cachorro (FIGURA 2) se não for feita no pilão não terá o mesmo gosto, sabor, peculiaridade, se feita no liquidificador. Se eu não tenho energia elétrica eu não posso fazer uma farinha de cachorro, daí se eu tenho o pilão eu vou lá e faço, por isso o pilão é o símbolo. Daí tu tem autonomia, não depende de ninguém."

Figuras 1 e 2 – Pilão e Farinha de Cachorro sendo elaborada no pilão.



Fonte: Acervo da pesquisa (2018)

A substituição das técnicas tradicionais de manejo da biodiversidade pelo emprego de tecnologias na produção agrícola – processo denominado de “Revolução Verde”- utilizou-se do discurso de combate à fome apontado como a única solução capaz de eliminar “a escassez de alimentos e a carência de nutrientes” (CASTILHO, et al., 2018; IPEA, 2014; MALUF; MENEZES, 2000). Contudo, ao contrário do defendido discurso, a fome e as comorbidades relacionados a má alimentação são problemáticas que persistem na sociedade contemporânea (IDEC, 2019; UNICEF, 2019). Assim como, “as desigualdades e as injustiças socioambientais também fazem parte das contradições desse modelo em que a comida aparece como mercadoria, e a fome como um negócio com segmentos diversificados, que vão da ausência ao excesso” (CASTILHO, et al., 2018 p. 26). No que tange a esse aspecto, a mercantilização dos alimentos também é um processo sentido pela comunidade:

S 3: “Infelizmente o alimento não poderia ser mercadoria [...]”

Com relação a essa dimensão, cabe ressaltar que a globalização – uma das principais características do “mundo moderno” – vem contribuindo para o desaparecimento de diversas manifestações e produções de caráter local, as quais vão desde variedades vegetais, receitas, rituais, tecnologias e costumes no geral de cunho sociocultural (CONTRERAS, 2005). Contreras (2005) referindo-se as transformações na sociedade urbano-industrial que passou a desconsiderar os

calendários tradicionais de cuidado e manejo com a terra (tempo de lavar, de semear, de colher, etc.), algumas festividades e rituais ligados a cosmologias, diz que a mesma “[...] ‘secularizou’, ‘desnaturalizou’ e ‘desecologizou’ as manifestações da vida coletiva. Os ritmos temporais, em função dos horários de trabalho, homogeneizaram-se consideravelmente, da mesma forma que os ‘modos de vida’, até certo ponto” (p.131). No tocante a alimentação, pontua-se que o processo de padronização e/ou homogeneização tem contribuído para mudanças na composição das refeições, levando a um empobrecimento tanto de valor nutricional, quanto de conhecimentos sobre ingredientes e tecnologias caseiras de preparo, configurando-se assim uma erosão de sabores e saberes para toda a humanidade (ESTEVE, 2017; CONTRERAS, 2005; BRASIL, 2014). Essa perda de autonomia e qualidade dos alimentos é denunciada pelos remanescentes de quilombos como uma “violência ritual” (palavras dos próprios sujeitos) ao seu modo de viver, no qual as implicações se refletem na saúde da população do campo:

S 4 “Antes tirávamos o leite em casa e fazíamos o angu. Mas hoje em dia eu sou alérgica ao leite, porque passei a usar o leite industrializado, então não consigo mais com o leite.”

S 5 “Eu me lembro na escola que diziam que a banha de porco fazia mal à saúde, mas eu me criei comendo banha de porco; carne gorda fazia mal à saúde e ninguém falou do jeito que era tratado esse animal. Todos nós aqui já comemos carne gorda, mas não quer dizer que estamos com a pressão alterada, que criou diabetes porque consumiu aquele alimento [...].”

S 2 “[...] A questão é que eu sinto que aquilo (alimento industrializado) não me alimenta. Eu fico mais irritado que aquilo não me alimenta.”

As transformações na alimentação, sobretudo, a perda de soberania sobre as formas de produção, processamento e comercialização dos alimentos repercute diretamente na qualidade dos mesmos. A substituição de preparos artesanais e produtos tradicionais por gêneros industrializados, em conjunto, com outros fatores tem contribuído para o aumento significativo de DCNT, além de ocasionar efeitos sobre a cultura e o meio ambiente (BRASIL, 2014; LOUZADA et. al, 2015; GOÉS, 2008). Outro ponto importante apreendido nas falas supracitadas se refere a medicalização da alimentação (BARBOSA, 2009), no qual a banha passa a fazer mal à saúde devido ao colesterol e o pão caseiro torna-se um “um alimento proibido” por causa dos triglicerídeos – entre tantos outros exemplos que teríamos para citar - configurando uma visão reducionista da alimentação, que desconsidera todos os aspectos que permeiam a comida, tais como a origem, os ingredientes utilizados, as técnicas de preparo, os aspectos socioculturais, as sensações e, principalmente, o significado para o comensal (PAIVA, et al., 2019).

Ademais, as transformações não se limitam a alimentação, atingindo também ao modo camponês de fazer agricultura e de se viver (WANDERLEY, 2000; VAN DER PLOEG, 2008;

SILVA, 2017), no qual os conhecimentos tradicionais e os diferentes modos de vida são desconsiderados e desvalorizados, imperando a hegemonia da ciência ocidental e os interesses capitalistas (BARROS, 2009; SILVA, 2017). Cabe considerar, que nessa lógica de desenvolvimento baseada na busca incessante por acúmulo de capital e lucro, as comunidades étnicas além de ficarem a margem desse sistema veem seus espaços coletivos submetidos ao processo de desterritorialização, sendo este caracterizado, principalmente, pela perda de identificação e autonomia sobre o território. As implicações desse processo de desconstrução da paisagem local, provoca dentre vários efeitos, a desagregação dos laços sociais que compunham as formas de solidariedade grupal, perda de identidade coletiva e afastamento das populações tradicionais dos seus espaços de reprodução social e reafirmação material e/ imaterial e simbólica (SILVA, 2017). Tal condição é manifestada na fala de um ator local, que expressa o seu receio frente as mudanças ao qual o rural vem sendo subordinado nas últimas décadas:

S 5 “Muitas pessoas dizem que: “Bah essa é uma região que não se desenvolveu” -daí eu fico pensando em casa, que sorte que o desenvolvimento chegou depois. Ainda bem que o dito desenvolvimento chegou mais tarde. Quanta coisa se preservou nesse meio tempo até o desenvolvimento chegar. [...] Claro a gente já perdeu muita coisa, mas eu acho que a gente ainda está no tempo de recuperar isso, porque ainda existe. Eu vejo que dos anos 80 para cá, a gente foi tendo um processo de destruição das nossas culturas, de tudo.”

Compreende-se que a autonomia do sistema de produção consiste em um dos elementos centrais da luta por soberania alimentar (AMORIM, 2017), visto que o papel das comunidades tradicionais vai além da conservação dos ecossistemas, pois os mesmos são os principais atores do processo de reafirmação do saber camponês, conferindo continuidade e legitimidade aos saberes e modos de vida tradicionais.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Neste artigo, em que se buscou compreender os impactos do atual sistema alimentar sobre a biodiversidade, os hábitos alimentares e a vida das comunidades tradicionais e de agricultores familiares de Mostardas, trazendo a luz uma experiência de diálogo com a comunidade local, evidenciou-se transformações no modo de vida camponês e na alimentação com repercussões na saúde da população, a concepção dos processos de perda de autonomia sobre o território, assim como também o sentimento de esperança acerca daquilo que ainda pode ser recuperado e preservado no meio rural.

Apreende-se que a racionalidade econômica capitalista ao se manifestar sobre o meio ambiente, interfere nas condições de (re)produção das comunidades locais, visto que a degradação da

biodiversidade e dos ecossistemas interrompe e/ou modifica as práticas de manejo e gestão dos recursos naturais, forçando a reorientação de estratégias de resistência. Neste sentido, acredita-se que promover espaços de diálogo para se discutir os impactos do atual sistema, bem como formas de se manter e resgatar a biodiversidade regional e os hábitos alimentares locais constitui-se em uma estratégia incipiente capaz de contribuir para a construção de sistemas alimentares mais justos e sustentáveis, frente a visível insustentabilidade do vigente modelo de produção de alimentos.

Destaca-se ainda a importância de se criar e/ou fortalecer políticas públicas que valorizem e protejam a biodiversidade, os conhecimentos tradicionais, bem como os direitos das comunidades tradicionais e dos agricultores familiares, para o alcance da Soberania e da Segurança Alimentar e Nutricional (SSAN) e da realização do Direito Humano a Alimentação Adequada (DHAA).

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AMORIM, L. O *et al.* O movimento dos pequenos agricultores e a luta em defesa as sementes crioulas no alto Sertão Sergipano, Brasil. *Revista de Geografia*. v. 34, n. 1, 2017.

ANA, Articulação Nacional de Agroecologia; ABA, Associação Brasileira de Agroecologia. *Cadernos de estudos: saúde e agroecologia*, vol. 1. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2019. Disponível em: <https://agroecologia.org.br/wp-content/uploads/2019/11/Saude_e_Agroecologia_web.pdf>. Acesso em: 12 fev. 2020

AZEVEDO, E. Alimentação e Modos de Vida Saudável. *Saúde em Revista*, v. 6, n. 13, p. 31-36, 2004.

AZEVEDO, E; PELICIONI, M. C. F. Promoção da saúde, sustentabilidade e agroecologia: uma discussão intersetorial. *Revista Saúde e Sociedade*, v. 20, n.3, p715-729, 2011.

BARROS, F. Sociabilidade, cultura e biodiversidade na Beira de Abaetetuba no Pará. *Ciências Sociais Unisinos*, v. 45, n. 2, p. 152–161, 2009.

BARBOSA, Lívia. Tendências da alimentação contemporânea. In: PINTO, Michele de Lavra; PACHECO, Janie K. (Org.). *Juventude, Consumo & Educação 2*. Porto Alegre: ESPM, 2009. p. 15-64.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Atenção Básica. *Guia Alimentar para População Brasileira*. 2º Edição. Brasília-DF: Ministério da Saúde, 2014.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Agrário; Ministério do Meio Ambiente; Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Plano nacional de promoção das cadeias de produtos da sociobiodiversidade. Brasília: 2009.

BRASIL, Ministério do Meio Ambiente. Secretaria de Biodiversidade e Florestas Agrobiodiversidade e Diversidade Cultural. Série Biodiversidade, 20. Brasília-DF: Ministério do Meio Ambiente, 2006.

BRASIL, Decreto nº 6.040 de 7 de fevereiro de 2007. Institui a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais. Diário Oficial da União, 2007.

CASTILHO, A. L. et al. O atlas do agronegócio: Fatos e números sobre as corporações que controlam o que comemos. Rio de Janeiro: Fundação Rosa Luxemburgo; Fundação Heinrich Boll, 2018.

CAVALCANTE, R. B.; CALIXTO, P.; PINHEIRO, M. M. K. Análise de Conteúdo: considerações gerais, relações com a pergunta de pesquisa, possibilidades e limitações do método. Informação & Sociedade: Estudos, v.24, n.1, p. 13-18, 2014.

CONTRERAS, J. Patrimônio e Globalização: o caso das culturas alimentares. In.: CANESQUI, A. M; GARCIA, R. W. D. Antropologia e Nutrição: um diálogo possível. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2005. p. 129-145.

CORADIN, Lidio; SIMINSKI, Alexandre; REIS, Ademir. Espécies nativas da flora brasileira de valor econômico atual ou potencial: plantas para o futuro - região sul. Brasília: MMA, 2011.

ESTEVE, E. V. O negócio da comida: quem controla a nossa alimentação? 1º ed. São Paulo: Expressão Popular, 2017.

GOÉS, J. A. W. Hábitos alimentares: globalização ou diversidade? In: FREITAS, M.C.S, Fontes G.A.V, Oliveira N., organizadores. Escritas e narrativas sobre alimentação e cultura. Salvador: Edufba; 2008. p. 376-404.

IDEC, Instituto Brasileiro de Defesa do Consumidor. A Sindemia Global da Obesidade, Desnutrição e Mudanças Climáticas – relatório Comissão The Lancet (versão em português). Alimentando Políticas. 2019. Disponível em: <https://crn5.org.br/wp-content/uploads/Vers%c3%a3o-portugu%c3%aas-LANCET-2019-Sindemia_compressed-1.pdf>. Acesso: 13 de outubro de 2019.

IPEA, Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. A trajetória histórica da segurança alimentar e nutricional na agenda política nacional: projetos, descontinuidades e consolidação. Rio de Janeiro: IPEA, n. 1953, 2014.

JOHNS, T.; EYZAGUIRRE, P. B. Linking biodiversity, diet and health in policy and practice. *Proceedings of the Nutrition Society*, v. 65, n. 2, p. 182–189, 2006.

LOUZADA, M. L. C., et al. Alimentos ultraprocessados e perfil nutricional da dieta no Brasil. *Revista de Saúde Pública*, v. 49, n. 38, p. 1-11, 2015.

MALUF, R. S. *et al.* Nutrition-sensitive agriculture and the promotion of food and nutrition sovereignty and security in Brazil. *Ciência & Saúde Coletiva*, v. 20, n. 8, p. 2303–2312, 2015.

MALUF, R.; MENEZES, F. Caderno segurança alimentar. Conferências do Fórum Social Mundial, 2000.

MINAYO, M. C. S. (org.). *Pesquisa Social. Teoria, método e criatividade*. 18 ed. Petrópolis: Vozes, 2001.

MINAYO, M.C.S. *O Desafio do Conhecimento: Pesquisa Qualitativa em Saúde*. 10. ed. São Paulo: HUCITEC, 2007.

PAIVA, J. B. et al. A confluência entre o “adequado” e o “saudável”: análise da instituição da noção de alimentação adequada e saudável nas políticas públicas do Brasil. *Caderno de Saúde Pública*, v. 35, n. 8, p. 1-12, 2019.

RAMOS, M. O. et al. Cadeias de produtos da sociobiodiversidade no sul do Brasil: valorização de frutas nativas da Mata Atlântica no contexto do trabalho com agroecologia. *Amazônica: Revista de Antropologia (Online)*, v. 9, n. 1, p.98-131, 2017.

SANTILLI, J. *Agrobiodiversidade e direito dos agricultores*. São Paulo: Editora Peirópolis, 2009.

SILVA, T. A. A. Injustiça ambiental, meio ambiente e vulnerabilidade: problematização a construção social da desterritorialização de comunidades pobres e negras. *Revista em Agronegócio e Meio Ambiente*. v. 10, n. 1, p. 145-165, 2017.

TRICHES, R. M.; SCHNEIDER, S. Alimentação, sistema agroalimentar e os consumidores: novas conexões para o desenvolvimento rural. *Cuadernos de Desarrollo Rural*, vol. 12, n. 75, 2015.

TRICHES, R.M; GERHARDT, T.E.; SCHNEIDER, S. Políticas alimentares: interações entre saúde, consumo e produção de alimentos. *Interações*, v. 15, n. 1, p. 109-120, 2014.

VAN DER PLOEG, J. D. Camponeses e impérios alimentares: lutas por autonomia e sustentabilidade na era da globalização. Porto Alegre: Editora da UFRGS. 2008.

UNICEF, Fundo das Nações Unidas para a Infância. The State of the World's children 2019: Children, food and nutrition. UNICEF, 2019. Disponível em: <<https://www.unicef.org/media/60806/file/SOWC-2019.pdf>>. Acesso em: 18 de outubro de 2019.

WANDERLEY, M. N. B. A emergência de uma nova ruralidade nas sociedades modernas avançadas: o “rural” como espaço singular e ator coletivo. Estudos Sociedade e Agricultura, v. 15, p. 69-129, 2001.

-Fonte(s) de financiamento: Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq).

- Conflito de interesses: “Não há conflito de interesse a declarar.”